

COTIDIANO DESPEDAÇADO: CENAS DE UMA VIOLÊNCIA DIFUSA

De: César Barreira

Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa. São Paulo: Edições Pontes, 2008. 264 p.

Por: ANTÔNIO DOS SANTOS PINHEIRO

*Professor da Universidade Regional do Cariri e
pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Violência (LEV)
da Universidade Federal do Ceará.*

No filme *Abril Despedaçado*, Walter Sales traz à tela do cinema histórias cotidianas marcadas pelo uso da violência nas lutas pela terra. O enredo tem como pano de fundo valores morais relacionados a códigos de honra e de vingança. Para as personagens, a coragem, a valentia e a virilidade são consideradas como primordiais na definição sobre o seu lugar em um cenário marcado para “matar ou morrer”. No livro *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa*, César Barreira toma como ponto de partida a narrativa do filme supracitado para compreender a violência difusa nas sociedades contemporâneas. O aumento da criminalidade e do medo é discutido como elemento norteador de um cenário social onde a violência “rouba a cena”.

A preocupação em compreender a violência na contemporaneidade é tema recorrente de outros estudos realizados por César Barreira. Refiro-me a dois de seus trabalhos: *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no sertão* (publicado em 1992), e *Crimes por encomenda: a pistolagem no cenário brasileiro* (publicado em 1998). Estes estudos e a publicação de *Cotidiano despedaçado* resultaram de suas pesquisas realizadas a partir da década de 1980

sobre a “estrutura de poder e movimentos sociais no Nordeste”. Entre seus interlocutores teóricos destacam-se Maria Isaura Pereira de Queiroz¹, Maria Sylvania de Carvalho Franco², José de Souza Martins³, Moacir Palmeira⁴, Victor Nunes Leal⁵ e outros.

Em um primeiro momento de suas investigações, César Barreira toma o meio rural como cenário dos conflitos violentos entre proprietários e trabalhadores no que se refere à posse da terra. Nesse contexto, o poder de mando dos grandes proprietários rurais tem como corolário a violência – último recurso para pôr fim às lutas dos trabalhadores – levada à frente pelos proprietários rurais. O assassinato de Chico Mendes na região Norte do país, e de Margarida Alves, no estado da Paraíba, são ilustrados como exemplos de uma luta sem trégua em que a violência é o principal referencial nos crimes por encomenda, caracterizados como *pistolagem*.

Em um segundo momento de suas reflexões, o autor busca compreender o deslocamento da violência do meio rural para o meio urbano. No entendimento da violência como difusa, é perceptível a influência de Michel Foucault no livro, quando o autor toma de empréstimo a teoria do poder de

Foucault na perspectiva de analisar a impossibilidade de inércia da violência. A violência é discutida não mais como um elemento particularizado, pois se encontra circulando por todo corpo social. A transitoriedade ou capilaridade da violência permite que seus efeitos sejam compreendidos como um fenômeno *desterritorializado*.

Na teoria do poder como *microfísica*, Foucault considera porém, que o poder implica uma correlação de forças em que “ninguém é alvo inerte”. Desta forma, o poder é positividade, pois pressupõe a construção de laços de sociabilidade. Ao descrever os atos violentos pela ótica da negação do poder, César Barreira dialoga com outros autores que, a exemplo de Hannah Arendt⁶, Norbert Elias⁷, e particularmente Georg Simmel⁸ sugerem uma reflexão sobre as fissuras no tecido social decorrentes de vidas despedaçadas pelos conflitos violentos.

Algumas questões são postas como norteadoras, ao longo da discussão, por Barreira: existe uma positividade na violência? Como (re)construir relações sociais desgastadas pela violência? A violência como recurso do poder não caminharia no sentido contrário do *processo civilizador*, como descrito por Norbert Elias? Estes e outros questionamentos sugerem reflexões sobre a difícil relação entre poder e violência.

O livro está dividido em cinco partes. A primeira é composta por quatro capítulos que abordam algumas questões teóricas e metodológicas. Do ponto de vista teórico, destaca-se a discussão entre violência e cordialidade na sociedade brasileira, quando o autor questiona a cordialidade como sinônimo de harmonia social. Em termos metodológicos, as armadilhas simbólicas da pesquisa são representadas como um dado importante quando se investiga “temas perigosos” – momento em que o pesquisador

corre o risco de ser fígado pelas classificações morais associadas ao objeto de estudo, bem como pelo apelo à subjetividade por parte do informante.

Na segunda parte, a pistolagem é analisada como tema recorrente de uma sociedade “atrasada”, no que diz respeito à aplicação da lei e da ordem, de acordo com os princípios universais de justiça. Nesta perspectiva, Max Weber⁹ e Hannah Arendt são apontados como dois interlocutores importantes. Se para Weber o Estado legitima-se pelo uso da violência, Arendt argumenta que o desaparecimento da autoridade no mundo moderno decorre do uso da violência como recurso do poder. Esta autora aponta, portanto, para a crise de autoridade no mundo moderno, ao levar em consideração que a violência possibilitou o esvaziamento da política como poder de argumentação e convencimento.

A possibilidade de compreender o uso da violência como um meio de exercício da política permite ao autor de *Cotidiano despedaçado* estabelecer distinções entre questões de interesse público e privado. O público constitui o espaço da palavra, da negociação, cujo princípio básico é a não-eliminação do oponente no jogo político. O privado, ao contrário, contempla assuntos de interesse particular que geralmente estão dissociados dos interesses coletivos. Quando na ação de um pistoleiro a fala e a negociação perdem a capacidade de convencimento, a força física surge como resposta ao desentendimento gerado entre as partes em conflito.

Porém, nos crimes de pistolagem outros valores de ordem moral se fazem presentes na reconfiguração simbólica sobre o uso da violência. Nesse contexto, surge a literatura de cordel carregada de simbologias em que os cordelistas buscam classificar moralmente as vítimas e os

homicidas por meio da “[...] instituição dos códigos de honra e moralidade” (p. 105). Como fragmentos da realidade cotidiana, o cordel possibilita uma inscrição do popular como saber de um povo que conta suas histórias com base em dados reais e imaginários. O imaginário, na maioria das vezes, assume autonomia diante das coisas perceptíveis da realidade, o que torna o conto, como ressalta Roger Chartier, práticas e representações imbricadas que se cruzam em diferentes formas culturais.

O banditismo – tema recorrente nos contos populares – reinscreve as histórias de seus personagens nas quais “[...] a coragem e a valentia vencendo o medo, passaram a ser o grande mote dos cordelistas” (p. 128). Na classificação moral do vingador como bandido-herói, são apontados três momentos como referenciais de conduta. O primeiro é a representação sobre o rompimento com a dominação social; o segundo momento faz referência aos crimes cometidos em que se explora a vida nômade e aventureira da personagem; e no terceiro momento o bandido é representado como “protetor público”.

Na crítica ao banditismo e à pistolagem, então, são comuns posições teóricas sobre estas práticas como contrapostas ao Poder Judiciário. A exemplo da teoria do *processo civilizador*, como descrito por Norbert Elias, o uso privado da força física é resultante da própria dificuldade do Estado em intervir e apontar uma solução pacífica para o conflito. Na discussão sobre o uso da violência, Elias pontua as diferenças entre espaços sociais pacificados e espaços sociais não-pacificados – os primeiros são apontados como espaços do respeito aos procedimentos formais da “lei e da ordem”; e os segundos como espaços delimitados pela “justiça pelas próprias mãos”.

Em espaços sociais pacificados, a presença do Estado pressupõe o controle e o autocontrole sobre as práticas individuais. Se práticas privadas sobre o uso da violência ocorrem em cenários não-pacificados em que os conflitos interpessoais dão o tom das relações sociais, a interferência do Estado por meio da monopolização da violência surge, por outro lado, como um dado importante na configuração do poder pela negação da violência, como recurso privado na solução dos conflitos. A ação de um pistoleiro é, portanto, questionada como decorrente da “[...] ausência, fragilidade ou parcialidade do Poder Judiciário” (p. 131).

O que está em jogo é a existência de duas justiças que se contrapõem no que se refere ao uso da violência. Na primeira, *de natureza pública*, o Estado se faz presente como um dos seus principais representantes. Na segunda, *de natureza privada*, o controle sobre a violência não está devidamente consolidado nas mãos do Estado. Conhecida como “justiça paralela”, este tipo de prática pressupõe resolver o litígio ao se recorrer à “justiça pelas próprias mãos”. Nestes casos, os valores de vingança são geralmente legitimados em uma sociedade onde a solução violenta apresenta-se como resposta ao esvaziamento do monopólio da violência.

Massacres, a exemplo do ocorrido no município de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Estado do Pará, revelam, assim, duas ordens em confronto. De um lado, está o poder de mando dos proprietários rurais que buscam por meio da força e da violência manter o domínio sobre a terra e seus subordinados. Do outro, os trabalhadores rurais que reivindicam o direito à cidadania através do acesso à terra. No massacre de Eldorado dos Carajás, os proprietários rurais tiveram ao seu lado o aparato policial em um confronto que dizimou dezenove trabalhadores

rurais. As acusações de que os policiais foram financiados pelos proprietários sugerem fissuras na política como “arte de convencimento”. Acontecimentos como estes “[...] enquadram-se em uma prática de não separação entre uma instância pública de uma particular” (p. 176).

As contradições entre duas ordens tornam-se mais perceptíveis quando se tomam como referência as práticas policiais. A perspectiva de que a redemocratização do Brasil, iniciada em 1985, e posteriormente a promulgação da Constituição Federal de 1988 possibilitassem uma mudança cultural sobre o exercício da violência legítima, é tematizada como um dado importante na reconfiguração do poder policial. No Estado do Ceará, as propostas de mudanças dos dois governos de Tasso Jereissati (1987 a 1990 e 1995 a 2002) caminharam na direção de construção de uma “nova política de segurança pública”.

Alguns casos, porém, contribuíram para macular a imagem das polícias militar e civil cearense. O primeiro deles assume destaque na imprensa, em 1993, quando um pedreiro é encontrado nas dependências de uma delegacia com indícios de tortura. O segundo ocorreu, em 1997, quando a polícia militar foi chamada para intervir em uma ocupação dos sem-terra na Avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza. Nesta operação, além dos trabalhadores terem sido privados do “direito de ir e vir”, não saíram ilesos do excesso de violência policial. O terceiro, conhecido como “Caso França”, ocorreu em 1997, e teve como principal personagem um policial civil que, após sua prisão, denunciou a participação de policiais civis e militares em diversos atos criminosos.

Estes casos de violência praticados por policiais militares e civis sugerem uma reflexão sobre a capacidade destes “representantes da lei e da ordem” de estabelecerem um diálogo baseado no entendimento mútuo para solução dos conflitos. De acordo com o autor de *Cotidiano despedaçado*, estas práticas revelam um legado autoritário de 21 anos de ditadura decorrente de uma “política do atraso” em que o estabelecimento da ordem decorreu de um movimento lento que não se completou com a distinção entre público e privado. Assim, o “atraso” é “[...] tematizado como um lado emblemático da política de segurança pública caracterizada por práticas ilegais com uso indiscriminado da violência” (p. 200).

Na última parte do livro, em que retrata os *pedaços de uma violência cotidiana*, César Barreira destaca alguns fragmentos que sugerem ao leitor uma reflexão sobre a violência como difusa em uma sociedade cujos valores de justiça social encontram-se desgastados. Diferentes relatos e acontecimentos chamam atenção para a incapacidade de diálogo, seja no espaço privado da casa, ou no espaço público da rua, como resultante de uma “solidariedade negativa” em que o medo e o terror tornaram-se os elementos balizadores nas relações sociais.

Por fim, *Cotidiano despedaçado: cenas de uma violência difusa* nos faz pensar que a reconstrução do tecido social desgastado pela violência pressupõe a construção de uma sociedade do diálogo. A pistolagem no cenário político e os casos de violência nas operações policiais são apontados como obstáculos a este tipo de sociedade. O livro sugere que a implantação de procedimentos democráticos e a participação da população nas lutas por justiça social apontam para novos desafios na consolidação do estado democrático de direito.

NOTAS

- 1 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Os cangaceiros – Lês bandits d’honneur brésiliens*. Paris: Julliard, 1986.
- 2 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairós, 3ª ed. 1983.
- 3 MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- 4 PALMEIRA, Moacir. Política, facção e compromisso: alguns significados do voto. In: Moacir Palmeira & Márcio Goldman (orgs.) *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- 5 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4ª ed. São Paulo: Alfa Omega, 1978.
- 6 ARENDT, Hannah. *As Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- 7 ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, vol II, 1993. ELIAS, Norbert. *Os Alemães*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.
- 8 SIMMEL, Georg. *Le Conflit*. Paris, Éditions Circé, 1992.
- 9 WEBER. Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Cultrix, São Paulo, 1972. WEBER. Max. *Economia y Sociedad*. Fondo de Cultura Econômica, México, 1974.